

TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO Nº 01416.007103/2022-03

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa especializada para serviços comuns de engenharia para realizar a manutenção preventiva, corretiva do sistema de prevenção, detecção e combate a incêndios para atender as necessidades do Escritório Central da ANCINE, localizado na Avenida Graça Aranha nº 35, Centro, Rio de Janeiro – RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos:

Tabela 1

	Item	Descrição/Especificação	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	Valor Anual
ITEM ÚNICO	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Manutenção Preventiva, Corretiva e Suporte Técnico em Sistema de Prevenção, Detecção e Combate a Incêndios da Agência.	1	Prestação de serviço Trimestral		

Tabela 2: Composição do Sistema (lista não exaustiva)

Componente	Quantidade(unidade)	Descrição dos Itens
1	16	Acionador manual (botoeira) tipo quebra-vidro modelo ASCAEL ACDE 24/16
2	16	Sirenes Audiovisuais modelo ASCAEL ACDE 24/16
3	01	Central de alarme modelo ASCAEL ACDE 24/16
4	02	Motobombas de 30 CV sistema de sprinklers
5	02	Motobombas de 05 CV sistema de hidrantes
6	15	Hidrantes de Combate a Incêndio
7	76	Luminárias de emergência - Segurimax LED 1.200 Lumens 2 Faróis

- 1.2. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela 1 acima.
- 1.3. O prazo de vigência do contrato é de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.
- 1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Menor Preço Global.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O objetivo desta contratação é adequar o imóvel do Escritório Central da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, às normas de prevenção e combate a incêndio, bem como atender as pendências apontadas pelo Bilhete Eletrônico do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) (2446728). Desta forma, a contratação em tela visa à segurança de público interno da agência e usuários externos, assim como zelo dos equipamentos e das instalações da unidade.

2.2. Além disso, busca-se garantir a realização das intervenções de manutenções programadas (manutenções preventivas), obedecendo-se às rotinas estabelecidas pelos fabricantes. Outrossim, visa também uma cobertura contratual para a realização de intervenções corretivas que se fizerem necessárias, com o retorno da operação de equipamentos e sistemas em um menor prazo possível, garantindo-se que as intervenções sejam realizadas conforme as melhores práticas e a utilização dos componentes adequados.

2.3. Considerando que a ANCINE não dispõe, em seu quadro de servidores, de pessoal específico e qualificado para execução rotineira dos serviços descritos e que, a Portaria n.º 443, de 27 de dezembro de 2018, estabelece como atividade que deve ser preferencialmente objeto de execução indireta, justifica-se a contratação da prestação dos serviços de manutenção dos sistemas de combate e prevenção a incêndios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia, de caráter continuado e **sem** fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
- 4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.
- 4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:
- 5.1.1. Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.
- 5.1.2. As quantidades e unidades de medida para a prestação dos serviços estão descritas na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência;
- 5.1.3. o contrato terá o prazo de vigência de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;
- 5.1.4. os critérios de qualificação a serem atendidos pelo fornecedor serão os constantes no instrumento convocatório;
- 5.1.5. a licitante vencedora deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA;
- 5.1.6. as obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência e nos demais anexos do instrumento convocatório;
- 5.1.7. a empresa deverá estar regularmente cadastrada no SICAF;
- 5.1.8. A CONTRATADA deverá observar a Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.
- 5.1.9. Os serviços prestados deverão seguir as normas técnicas sobre o assunto, além das legislações federal e distrital incluindo-se as orientações e normativos do CBMERJ.
- 5.1.10. A CONTRATADA deverá estar registrada como empresa instaladora junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ;
- 5.1.11. Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);
- 5.1.12. O pagamento será realizado trimestralmente, após o aceite definitivo dos serviços pela CONTRATANTE.
- 5.1.13. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização dos mesmos, quando for o caso.
- 5.1.14. A CONTRATADA deverá garantir que todos os equipamentos, materiais consumíveis, ferramental e softwares necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações estabelecidas, garantindo os padrões mínimos de qualidade esperados na execução do serviço, devendo manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pela CONTRATANTE, quando for o caso.
- 5.1.15. A CONTRATADA deverá garantir que seus funcionários se adequem às regras de segurança, de circulação e de identificação da CONTRATANTE, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.
- 5.1.16. A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da totalidade das instalações da CONTRATANTE durante a execução desses serviços, devendo, portanto, sempre que possível, realizar teste de funcionalidade do Sistema de Prevenção a Incêndios e sistemas acessórios, fora do expediente de trabalho da ANCINE.
- 5.1.17. A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução dos serviços contratados, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato.
- 5.1.18. Incluem-se no objeto contratado todos os custos com a mão de obra capacitada, considerados do item 1.1 da Tabela 1 do Objeto, bem como o fornecimento de todos os insumos necessários à plena execução dos serviços contratados sem quaisquer acréscimos à Contratante..
- 5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

- 6.1. A contratada deverá adotar os seguintes critérios ambientais na execução dos serviços:
- 6.2. Empregar materiais de limpeza, tintas, resinas, desengraxantes e outros produtos químicos, aprovados pelos órgãos governamentais competentes, que não causem danos às pessoas, à água e ao meio ambiente.
- 6.3. Orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.
- 6.4. Sempre que haja viabilidade e desde que haja similares no mercado, deverá ser dada preferência a materiais com maior índice de eficiência energética.
- 6.5. Promover a separação e o descarte das embalagens, restos de material e demais produtos, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.
- 6.6. A CONTRATADA deverá observar os critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável consoante o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93; as diretrizes, critérios e procedimento para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010.
- 6.7. A CONTRATADA deverá adotar na execução do contrato, práticas de sustentabilidade ambiental, na recepção de bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela ANCINE, práticas de desfazimento sustentável, reciclagem dos bens inservíveis e processos de reutilização, nos termos estabelecidos pela legislação ambiental, que sejam aplicáveis ao objeto desta licitação.
- 6.8. A CONTRATADA deverá priorizar, na prestação do serviço, soluções para o uso eficiente de energia, materiais de menor impacto ambiental e obtidos segundo critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que oferecem boa durabilidade, menor impacto ao meio ambiente e facilidade de reciclagem e que sejam também provenientes de empresas que apresentem programa de gerenciamento ambiental, qualificado segundo as normas ambientais.
- 6.9. O disposto acima não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.
- 6.10. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

6.11. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

6.12. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

6.13. A Contratada deverá obedecer as disposições do Decreto nº 10.936, de 12/01/2022, da Lei nº 12.305, de 02/08/2010, o Plano Nacional de Resíduos Sólidos elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, da Câmara Nacional de Sustentabilidade - CNS DECOR/CGU/AGU, versão 2022, para a execução dos serviços.

7. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

7.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das **09 horas às 17 horas**, devendo o agendamento ser efetuado, pelo telefone **(21) 3037-6273** ou pelo e-mail **servico@ancine.gov.br**, podendo sua realização ser comprovada por:

7.2. Declaração de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme ANEXO I, ou;

7.3. Caso opte por não realizá-la, Declaração de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras, na forma deste Termo de Referência.

7.4. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para abertura da sessão pública.

7.5. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

7.6. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

7.7. Não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores de desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas, sendo de responsabilidade da CONTRATADA a ocorrência de eventuais prejuízos em virtude de sua omissão na verificação dos locais de instalação.

7.8. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. A prestação de serviço será no Escritório Central da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, localizado na Avenida Graça Aranha 35, Centro, Rio de Janeiro;

8.2. Caso haja alguma alteração no endereço listado acima, a ANCINE informará a empresa vencedora o novo endereço, a fim de viabilizar a continuidade da prestação de serviços;

8.3. A execução contratual compreende a prestação dos serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva, incluindo suporte técnico, **sem** fornecimento de peças e/ou componentes eletromecânicos, observado os seguintes parâmetros mínimos:

8.3.1. Avaliação dos itens do sistema que necessitam de Manutenção Corretiva e emissão de Relatório Técnico de Serviço, informando a CONTRATANTE o estado de conservação dos componentes, assim como a relação dos serviços necessários ao restabelecimento dos sistemas, incluindo toda e qualquer despesa relativa a este serviço;

8.3.2. Identificada a necessidade de reposição de peças e/ou componentes eletromecânicos, a Contratada deverá comunicar à Contratante para que seja providenciada a peça de reposição, cuja troca do item defeituoso será de responsabilidade da empresa adjudicada, sem ônus adicional para a Contratante.

8.3.3. A CONTRATADA deverá emitir relatórios trimestrais, relatórios de serviço, ordens de serviço, diagnósticos e pareceres técnicos, necessários à perfeita prestação dos serviços.

8.3.4. A CONTRATADA deverá dispor de todos os insumos, materiais de consumo, ferramental, uniformes, equipamentos e EPI 's necessários à execução dos serviços.

8.4. A execução dos serviços será iniciada a partir da data de assinatura do contrato, na forma que segue:

8.4.1. A CONTRATADA deverá realizar em até 30(trinta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, a Manutenção Preventiva de todos os Sistemas de Prevenção, Detecção e Combate a Incêndio listados na tabela 2, conforme Plano Básico de Manutenção apresentado no **Anexo - III** deste Termo de Referência.

8.4.2. A manutenção preventiva é periódica devendo o processo se repetir trimestralmente.

8.4.3. A CONTRATADA em 30 (trinta) dias corridos após a assinatura do CONTRATO, deverá fazer a avaliação dos itens que compõe o Sistema que necessitem de Manutenção Corretiva e emitir um relatório informando a CONTRATANTE o estado de conservação destes, assim como a relação dos serviços necessários ao restabelecimento dos mesmos, incluindo-se toda e qualquer despesa relativa a este serviço. A manutenção corretiva dos equipamentos deverá ser realizada sempre que houver necessidade, através de emissão prévia de ordem de serviço Anexo - II, autorizada pela Fiscalização do CONTRATO.

8.4.4. As atividades relativas à manutenção preventiva e corretivas deverão ser realizadas de segunda a sexta-feira das 08:00 às 17:00, de acordo com o cronograma preestabelecido e com aceite da fiscalização do contrato, a fim de não impactar na rotina de trabalho da Agência. No caso de necessidade de manutenção durante o fim de semana ou fora do horário comercial, a CONTRATADA deverá solicitar autorização prévia à CONTRATANTE.

8.5. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA:

8.5.1. São todas as medidas e ações programadas para prevenir possíveis problemas de funcionamento de todos os sistemas citados com a substituição e/ou aplicação de materiais de forma a recolocar e garantir a perfeita integridade das instalações.

8.5.2. O escopo do serviço de Manutenção Preventiva deverá obedecer às normas vigentes de combate a incêndio e seguir todas as rotinas de Manutenção Preventiva de acordo com a metodologia de trabalho e as recomendações do fabricante dos equipamentos. Os serviços mínimos de manutenção preventiva a serem realizados, estão descritos no Plano Básico de Manutenção Preventiva, apresentados no **ANEXO-III**.

8.5.3. A CONTRATADA deverá encaminhar à Fiscalização, no prazo de até 30 dias corridos após a assinatura do contrato, e sempre 5 (cinco) dias úteis antes da medição trimestral, os mapas e os cronogramas trimestrais das manutenções preventivas dos sistemas especificados na tabela 2 do

item 1.1 deste Termo de Referência, assim como todos os documentos produzidos no período (relatórios e/ou notas fiscais).

8.5.4. Para cada serviço de manutenção preventiva, a CONTRATADA emitirá um Relatório de Manutenção Preventiva, que deverá conter em seu corpo as seguintes informações:

1. I - Descrição das atividades planejadas;
2. II - Nome do profissional responsável;
3. III - Datas de Início e Fim, bem como horário de início e fim do serviço;
4. IV - Campo para observações; e
5. V - Campo para aceite do serviço da CONTRATANTE com identificação, assinatura e data.

8.6. É de responsabilidade da CONTRATADA a elaboração do Plano Detalhado de Manutenção Preventiva, a partir do Plano Básico de Manutenção Preventiva e dos manuais de equipamentos fornecidos pelos fabricantes, em até 30(trinta) dias após o início das atividades.

8.6.1. Os serviços listados no Plano Básico de Manutenção Preventiva não são exaustivos.

8.7. A manutenção preventiva consistirá em verificar os dispositivos e o funcionamento do Sistema, trimestralmente, efetuando-se verificações, testes de desempenho, comunicação e diagnósticos em todos os itens.

8.8. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA:

8.8.1. É considerada atividade de manutenção corretiva, aquela que é executada após a ocorrência de falha ou de desempenho insuficiente dos itens que compõe o Sistema de Combate a Incêndio, observados durante a rotina de manutenção preventiva trimestral ou não.

8.8.2. A Manutenção Corretiva visa eliminar quaisquer defeitos decorrentes do uso ou desuso natural, reparar ou substituir, quando necessário, componentes eletrônicos, equipamentos e peças necessárias ao perfeito funcionamento dos equipamentos.

8.8.3. O pedido de correção do defeito será feito pela fiscalização do Contrato, através da abertura de O.S. (Ordem de Serviço, Anexo II) por e-mail.

8.8.4. Quando a falha for identificada pela CONTRATADA, a partir da constatação do defeito durante a Manutenção Preventiva, a mesma emitirá a O.S. para correção do defeito e/ou falha devendo sempre notificar a Contratada para anuência da execução dos serviços.

8.8.5. Os serviços de Manutenção Corretiva deverão ser executados, sempre que possível, no local onde estão instalados os itens. Caso contrário, deverão ser realizados em oficina da CONTRATADA, correndo às expensas desta todos os custos com desmontagem/montagem e/ou transporte dos mesmos.

8.8.6. Os chamados para prestar Suporte Técnico ou Manutenção Corretiva deverão ser atendidos no prazo máximo de **04 (quatro)** horas após abertura do chamado pela CONTRATANTE e os serviços deverão ser executados de imediato, à exceção das seguintes hipóteses:

8.8.6.1. Quando for necessária a substituição de componentes eletromecânicos ou peças, o prazo de execução será definido entre as partes.

8.8.6.2. A execução dos serviços que necessitem de desligamento, no todo ou em parte, dos itens, a qual deverá ser programada para ocorrer fora de horário normal de expediente do CONTRATANTE, sem ônus adicional para este.

8.9. Havendo necessidade de dilação do prazo para execução de qualquer serviço, a CONTRATADA deverá solicitar a CONTRATANTE, mediante justificativa e proposta de novo prazo, as quais serão avaliadas e autorizadas previamente pelo CONTRATANTE.

8.10. Para a manutenção corretiva quando a CONTRATADA necessitar empregar peças ou componentes eletromecânicos de reposição, somente poderá ser adquirida e utilizada, após aprovação prévia da CONTRATANTE.

8.11. Havendo necessidade de reposição/substituição de peças, materiais e/ou equipamentos, a CONTRATADA deverá apresentar Ordem de Serviço, com detalhamento das peças de reposição necessárias para reestabelecimento do funcionamento do sistema, e a CONTRATANTE irá providenciar as peças de reposição.

8.12. Os serviços deverão ser executados pelos técnicos especializados e para cada serviço de Manutenção Corretiva, a CONTRATADA emitirá um Relatório Técnico de Serviço que deverá conter em seu corpo todas as informações previstas na Ordem de Serviço da Contratante, com no mínimo as seguintes informações:

- a) Número de Ordem de Serviço;
- b) Nome da Solicitante;
- c) Telefone e e-mail do solicitante;
- d) descrição do equipamento;
- e) descrição do defeito verificado;
- f) descrição do serviço executado;
- g) Nome dos profissionais executantes;
- h) Data de início data de fim, horário de início e horário de fim do serviço;
- i) Campo para observações; e
- j) Campo para aceite do serviço do usuário com identificação, assinatura e data;

8.13. A CONTRATADA deverá prestar contas e esclarecimentos sobre os serviços executados, fornecendo toda e qualquer informação à CONTRATANTE para acompanhamento da execução do contrato.

8.14. Durante o prazo de vigência de eventual garantia de fábrica de qualquer peça, equipamento, componente ou material, todos e quaisquer serviços deverão ser efetuados pela CONTRATADA nos termos das Normas de Garantia do Fabricante, sem ônus ao CONTRATANTE;

8.15. O recebimento provisório dos serviços realizados ficará sob a responsabilidade da fiscalização técnica do contrato.

8.16. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 15 (quinze) dias, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo e na proposta.

8.17. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pela ANCINE, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

8.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo especificado.

8.19. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, será considerado como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.20. Obriga-se a empresa a refazer ou adequar, os produtos do serviço contratado impugnados pela ANCINE, sendo expressamente proibido fornecer quaisquer serviços que não satisfaçam as Especificações, devendo adequá-los em até 5 (cinco) dias úteis, contados da comunicação realizada pela Agência.

8.21. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do objeto.

8.22. Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica a CONTRATADA obrigada a substituir e/ou reparar o(s) serviço(s) rejeitado(s) no prazo máximo de 24(vinte e quatro) horas, contadas a partir da notificação expedida pelo CONTRATANTE, sem ônus adicional para este.

8.23. O aceite ou aprovação do objeto pela CONTRATANTE não exclui a responsabilidade civil, administrativa e/ou penal da CONTRATADA por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e no processo de licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se à CONTRATANTE, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

8.24. Caso este Termo de Referência e/ou seus anexos sejam omissos quanto ao detalhamento técnico de algum dos itens da licitação, a CONTRATADA deverá consultar a CONTRATANTE antes de realizar a execução do serviço, com o intuito de sanar eventuais dúvidas em relação ao projeto e sua execução.

8.25. Os serviços deverão seguir as normas técnicas sobre o assunto, além das legislações federal e municipal, incluindo-se as orientações e normativos do CBMERJ. Dentre os normativos temos:

- a) ABNT NBR 17240 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Projeto, instalação, comissionamento e manutenção de sistemas de detecção e alarme de incêndio – Requisitos;
- b) ABNT NBR 7240-1 – Sistemas de detecção e alarme de incêndio – Generalidades e definições
- c) ABNT NBR 7240-2 – Equipamentos de controle e de indicação de detecção de incêndio;
- d) ABNT NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;
- e) ABNT NBR 10898 – Sistemas de iluminação de emergência;
- f) NR23, da Portaria 3214 do Ministério do Trabalho: Proteção contra incêndio para locais de trabalho.”

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

9.1. Os pagamentos à CONTRATADA se darão trimestralmente, após a aprovação, por parte da Fiscalização do contrato, de toda a documentação pertinente (Relatório de Manutenção Preventiva, Relatório Técnico de Serviço) em até 20(vinte) dias contados da data do recebimento definitivo da nota fiscal pela CONTRATANTE.

9.2. O Serviço será acompanhado pela fiscalização da contratante, que assinará o relatório técnico de serviço e o Relatório de Manutenção Preventiva emitido pela CONTRATADA. Neste relatório, constarão todos os procedimentos realizados, assim como a troca de peças danificadas, se este for o caso.

9.3. A CONTRATANTE observará se a CONTRATADA está cumprindo os prazos, a qualidade dos serviços exigida e demais condições estabelecidas em contrato, desde o início até a finalização das atividades definidas.

9.4. Será designado um fiscal técnico, um fiscal administrativo, o gestor do contrato e os seus respectivos substitutos.

9.5. Não obstante a CONTRATADA ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de exercer o poder-dever de fiscalização do objeto contratado.

9.6. Aos fiscais técnicos e administrativos competem acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução do contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, ou problemas observados, conforme prevê o art. 67, da Lei nº 8.666/ 1993 e suas alterações.

9.7. A comunicação entre a ANCINE e a empresa Contratada deverá ocorrer por e-mail, telefone ou qualquer outro aplicativo de mensagem de texto/voz.

DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO – IMR

9.8. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR é o ajuste escrito, anexo ao Contrato, que define, em bases compreensíveis, tangíveis objetivamente, observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço.

9.9. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

9.10. A CONTRATADA obrigará-se ao cumprimento de Instrumento de Medição de Resultado - IMR, conforme tabela 3 localizada no item **16.6.2** deste Termo de Referência.

9.11. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.12. A aplicação de descontos com base no Instrumento de Medição de Resultado - IMR é completamente desvinculada das aplicações de penalidades previstas no **item 21** deste Termo de Referência.

9.13. Os critérios de medição e pagamento serão avaliados pela fiscalização técnica, que acompanhará a execução dos serviços prestados, segundo os padrões estabelecidos em contrato.

9.14. Fica a CONTRATADA obrigada a solucionar o problema ou a prestar os devidos esclarecimentos no prazo estabelecido pelos fiscais do Contrato.

10. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

10.1. Para a perfeita execução do serviço, a CONTRATADA deverá disponibilizar os materiais consumíveis, insumos, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários para execução de serviço sem qualquer custo adicional à Contratante.

- 10.2. São considerados materiais consumíveis ou itens utilizados rotineiramente na execução de serviços e, apesar de não integrarem diretamente o Sistema de prevenção e combate a incêndios, são necessários para realização adequada dos serviços objeto desta contratação.
- 10.3. São exemplos de materiais consumíveis: fita isolante, fita teflon, spray lubrificante, estopa, lixas etc.
- 10.4. São consideradas peças de reposição os itens necessários para garantir o perfeito funcionamento do Sistema, apresentados na tabela 2 do item 1.1 deste TR.
- 10.5. As ferramentas, equipamentos e consumíveis e demais recursos de apoio a manutenção deverão ser compatíveis com cada categoria profissional, de modo a garantir a adequada prestação do serviço.
- 10.6. É de responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas relativas a manutenção, operação, verificação e calibração das ferramentas de apoio à manutenção.
- 10.7. Em hipótese alguma a CONTRATADA poderá deixar de executar os serviços previstos no contrato alegando que não possui o material ou ferramental necessários.
- 10.8. Incluem-se no objeto contratado **todos** os custos com a mão de obra capacitada, bem como o fornecimento de todos os insumos e demais custos necessários à plena execução dos serviços contratados, sem quaisquer encargos adicionais para a CONTRATANTE.
- 10.9. Além das ferramentas necessárias à execução dos serviços contratados, todo o instrumental de testes, equipamentos mecânico, elétricos e eletrônicos adequados à execução das atividades objeto desta contratação são de inteira responsabilidade da empresa contratada.
- 10.10. A guarda, armazenamento, cuidado e manutenção das ferramentas, equipamentos, EPIs, insumos e materiais serão de inteira responsabilidade da Contratada.
- 10.11. Todos os materiais, ferramentas, metodologias de trabalho, bem como os insumos de limpeza e de consumo necessários aos serviços de manutenção preventiva e corretiva serão fornecidos integralmente pela Contratada, e devem ser empregados, no que for possível, de acordo com as orientações da Instrução Normativa nº 01 de 09 de janeiro de 2010, da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG, bem como ser de baixo impacto ambiental como produtos com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.
- 10.12. Todo o instrumental de testes e equipamentos (eletromecânicos, elétricos e eletrônicos) adequados à execução das atividades objeto desta contratação são de inteira responsabilidade da Contratada, devem ser adequados para o consumo mínimo de energia, com selo PROCEL, e com baixa incidência de ruídos, visando atender as determinações da Instrução Normativa nº 01 de janeiro de 2010.

11. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

- 11.1. A demanda da CONTRATANTE está baseada nas seguintes características:
- 11.2. A CONTRATADA deverá executar todos os serviços elencados neste Termo de Referência, de forma a realizar a manutenção preventiva de acordo com a programação estipulada no Plano Básico de Manutenção Preventiva e a Manutenção Corretiva de acordo com a demanda apresentada pela fiscalização da CONTRATANTE.
- 11.3. O Planejamento das atividades e serviços, objeto deste Termo de Referência, a serem executados deve levar em consideração as rotinas, periodicidades, horários e prazos recomendados neste Termo de Referência.
- 11.4. A CONTRATADA deverá elaborar e fornecer à CONTRATANTE, normas de manutenção e segurança dos itens que compõe o Sistema de Combate a Incêndio, assim como os testes necessários previstos em legislação.
- 11.5. A CONTRATADA deverá produzir Relatório de Manutenção Preventiva, trimestralmente.
- 11.6. A CONTRATADA deverá apresentar, após as manutenções preventivas (periodicidade trimestral) e corretivas (quando necessário) em até 05(cinco) dias úteis após o atendimento, um Relatório Técnico de Serviço devidamente protocolado junto à CONTRATANTE para aprovação, contendo:
- a) Serviços preventivos executados;
 - b) Serviços corretivos executados;
 - c) Serviços em andamento;
 - d) Relação de materiais utilizados na execução das intervenções de manutenção;
 - e) Relação de peças de reposição que serão necessárias para execução das intervenções de manutenção corretiva, com a devida especificação técnica;
 - f) Relatórios de não conformidades observadas;
 - g) Data da confecção do Relatório Técnico de Serviços;
 - h) Relação dos profissionais da Contratada responsáveis pela realização dos serviços e suas funções.

12. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 12.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 12.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 12.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 12.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com o Anexo XI, Item 6 da IN SEGES/MP nº 5/2017;
- 12.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 12.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
 - 12.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
 - 12.6.3. promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

- 12.6.4. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 12.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 12.10. Arquivar, dentre outros documentos de especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 12.13. Solicitar a substituição de quaisquer equipamentos, materiais e utensílios, considerados ineficientes ou obsoletos ou que causem prejuízos aos serviços executados;
- 12.14. Recusar o pagamento dos serviços que não estiverem sendo prestados de acordo com o proposto e contratado;
- 12.15. Exigir da Contratada que providencie a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia do serviço, tendo em vista o direito assegurado à Contratante no art. 69 da Lei nº 8.666/93 e no art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor); e
- 12.16. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.
- 12.17. Receber os serviços provisoriamente e definitivamente, mediante termo circunstanciado e em conformidade com a legislação.

13. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 13.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 13.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 13.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 13.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 13.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 13.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 13.7. A Administração Pública não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade;
- 13.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 13.9. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho, inclusive equipamentos e instalações, em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 13.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 13.11. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

- 13.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 13.13. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 13.14. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.
- 13.15. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

- 13.16. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Contratante;
- 13.17. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 13.18. Informar por e-mail, até 02 (dois) dias antes do início de cada execução dos serviços, nome e CPF dos profissionais responsáveis pela prestação dos serviços, bem como os números de telefones e endereços de e-mail dos responsáveis pelos serviços;
- 13.19. Substituir em definitivo, no prazo de 2 (dois) dias úteis, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios;
- 13.20. Remover as sobras de materiais, entulhos e detritos que a execução dos serviços produzir para fora dos locais de trabalho, promovendo, a seu ônus exclusivo, o seu transporte e descarregamento em áreas permitidas pelo órgão e/ou legislação local que discipline esse tipo de serviço;
- 13.21. Submeter à ANCINE, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução, no prazo fixado, se for o caso;
- 13.22. Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à ANCINE ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências da ANCINE, desde que comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70, da Lei nº 8.666/93;
- 13.23. Providenciar o isolamento das áreas de trabalho antes do início da execução de serviços específicos, através do fornecimento, utilização e instalação de sinalização de segurança, conforme definido em legislação vigente ou por solicitação da Fiscalização;
- 13.24. Manter a disciplina entre o seu pessoal, fazendo-o cumprir, na execução dos serviços, as normas legais sobre segurança contra riscos de acidentes e restringindo sua circulação à área de execução dos serviços;
- 13.25. Cumprir os requisitos de segurança da informação e de proteção de dados estabelecidos no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;
- 13.26. Atender as disposições do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, e da Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.
- 13.27. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 13.28. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 13.29. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 13.30. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 13.31. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 13.32. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 13.33. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 13.34. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 13.35. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 13.36. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 13.36.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 13.36.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
- 13.37. Manter os empregados nos horários predeterminados pela Contratante;
- 13.38. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá;
- 13.39. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;
- 13.40. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;
- 13.41. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;
- 13.42. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Contratante;
- 13.43. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 13.44. Manter preposto aceito pela Contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 13.45. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas da Contratante;
- 13.46. apresentar à ANCINE, em até 30 (trinta) dias corridos da assinatura do contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente registrada junto ao CREA.
- 13.47. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.
- 13.47.1. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

13.48. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

13.49. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

13.50. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido no instrumento contratual, neste Termo de Referência e seus anexos, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

13.51. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de: (a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (c) florestas plantadas; e (d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

13.52. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

13.52.1. Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;

13.52.2. Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e Instrução Normativa IBAMA nº 05, de 15/03/2014, e legislação correlata;

13.52.3. Documento de Origem Florestal – DOF, instituído pela Portaria nº 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA nº 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória.

13.52.3.1. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a CONTRATADA deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

13.53. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

13.53.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

13.53.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

13.53.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

13.53.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

13.53.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

13.53.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

13.53.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

13.53.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

13.54. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

13.54.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

13.54.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA nº 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

13.54.3. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

13.55. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

13.56. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Termo de Referência e demais documentos anexos;

13.57. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

13.58. Em se tratando do regime empreitada por preço global ou empreitada integral a participação na licitação ou a assinatura do contrato implica a concordância do licitante ou contratado com a adequação de todos os projetos anexos ao edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou

omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

15. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

16.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

16.3. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas.

16.4. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8666, de 1993.

16.5. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8666, de 1993.

16.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) conforme tabela abaixo, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

16.6.1. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

16.6.2. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço

Tabela 3: IMR

Item	Descrição
Finalidade	Garantir o atendimento dentro do prazo de forma a não afetar as atividades da Agência.
Meta a cumprir	100% dos e-mails com as solicitações, atendidas no prazo
Instrumento de medição	Verificação da Planilha com lançamentos da Ordem de Serviço (OS, anexo II)
Forma de acompanhamento	Checagem do email, com a solicitação, com ateste da equipe de fiscalização do contrato.
Periodicidade	Trimestral ou após manutenção corretiva
Início de Vigencia	Data de assinatura do Contrato
Mecanismo de Calculo	Nº de horas para o início do atendimento da ocorrência
Faixas de ajuste no Pagamento	Até 4 horas = 0,0% desconto do valor fixo mensal; De 4 a 5 horas = 0,5% desconto do valor fixo mensal; De 5 a 6 horas = 1% desconto do valor fixo mensal; e Acima de 7 horas = 2% desconto do valor fixo Global

Obs: O fato de ser aplicado o IMR não exime a CONTRATADA de refazer os serviços não aprovados pela FISCALIZAÇÃO dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência.

16.7. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante ou substitutiva de outros mecanismos para a avaliação do serviço.

16.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

16.9. AS disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

16.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.11. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.12. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

16.13. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.14. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

16.15. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

16.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

16.17. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, além da avaliação trimestral, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

16.18. A conformidade do material, ferramental ou equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

17. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

17.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento provisório ou definitivo dos serviços.

17.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

17.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

17.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

17.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

17.4. No prazo de até 05 (cinco) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o fiscal do contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

17.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

17.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

17.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.”

17.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

17.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

17.7. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à CONTRATADA, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.8. **Ficará facultado à Contratante rescindir o respectivo contrato antecipadamente, a seu juízo e no interesse da Administração, mediante justificativa, devendo comunicar à Contratada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência**

18. DO PAGAMENTO

18.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

18.2. Quando houver glosa parcial dos serviços, a contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

18.3. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de até 20 (vinte) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

18.3.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

18.5.1. o prazo de validade;

18.5.2. a data da emissão;

18.5.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

18.5.4. o período de prestação dos serviços;

18.5.5. o valor a pagar; e

18.5.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

18.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

18.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

18.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

18.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

18.12.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

18.13. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

18.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

18.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

18.16. O pagamento será realizado em trimestralmente, após o aceite definitivo dos serviços pela CONTRATANTE.

18.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	(6 / 100)/365	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------	--

19. REAJUSTE

19.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta.

19.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da CONTRATADA, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após ocorrência da anuidade.

19.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento e preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

20.1. A Contratada apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor total do contrato, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação.

20.1.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

20.1.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

20.2. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

20.2.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

20.2.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

20.2.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

20.2.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

20.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

20.4. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

20.5. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

20.6. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

20.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

20.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data em que for notificada.

20.9. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

20.10. Será considerada extinta a garantia:

20.10.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

20.10.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

20.11. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

20.12. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

21.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;

21.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

21.1.3. fraudar na execução do contrato;

21.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

21.1.5. cometer fraude fiscal.

21.1.6. não mantiver a proposta.

21.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

i) Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

ii) Multa de:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e
- 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;
- as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

iii) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

iv) Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

v) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

21.4. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

21.5. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	02
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01
6	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
7	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
8	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03

9	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	01

- 21.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 21.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 21.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 21.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 21.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
- 21.8.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 21.9. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 21.10. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 21.11. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 21.12. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 21.13. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 21.14. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 22.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 22.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pela CONTRATADA estão previstos no edital.
- 22.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pela CONTRATADA serão:
- 22.3.1. Registro ou inscrição na entidade profissional competente (CREA), em plena validade, comprovando estar apta ao desempenho das atividades pertinentes e compatíveis com o objeto da presente Licitação, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
- 22.3.2. Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão da LICITANTE na prestação de serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste Termo de Referência.
- 22.3.3. Declaração da LICITANTE de que apresentará no ato da assinatura do contrato, os documentos que comprovem que possui Responsável Técnico devidamente registrado no CREA, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço com características semelhantes ao objeto deste Termo de Referência, responsável pelos serviços constantes na proposta, conforme art. 59, da Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966.
- 22.3.4. A comprovação do vínculo do Responsável Técnico deverá ser feita por meio de cópia da Carteira de Trabalho ou da ficha de Registro de Emprego, contrato social que demonstre a condição de sócio do profissional, ou ainda por meio de contrato de prestação de serviços, sem vínculo trabalhista e regido pela legislação civil comum.
- 22.3.5. Os profissionais indicados para fins de comprovação de capacitação técnico-profissional deverão participar do serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela ANCINE, conforme determina, em seu art. 30, § 10, a Lei nº 8.666/93.
- 22.3.6. Registro da LICITANTE como empresa instaladora junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro – CBMERJ.
- 22.4. O Critério de julgamento da proposta é o Menor Preço Global.
- 22.5. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de até R\$ 26.277,47 (Vinte e Seis Mil Duzentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos).
- 22.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

23. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 23.1. O valor máximo aceitável para a contratação será de R\$ 26.277,47 (Vinte e Seis Mil Duzentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos).

24. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 24.1. Os recursos orçamentários destinados à presente contratação correrão à conta do orçamento da ANCINE.

25. DA RESPONSABILIDADE PELO TERMO DE REFERÊNCIA

Este Termo de Referência foi elaborado pelo servidor abaixo subscrito, no uso de suas atribuições, estando em consonância com as disposições legais, sendo objeto de exame da chefia imediata e, no caso de concordância, aprovação do Gerente de Administração e do Secretário de Gestão Interna da ANCINE.

Por fim, considerando que a especificação do objeto e demais condições descritas atendem integralmente as necessidades desta Agência e, depois de verificada a conformidade dos procedimentos adotados, encaminhe-se ao Senhor Secretário de Gestão Interna.

Equipe de Planejamento da Área Demandante

Rubens Pereira de Matos

1. De acordo.
2. Encaminha-se o presente processo ao Gerente de Administração.

Mírian Arruda dos Santos

Coordenadora

1. De acordo.
2. Encaminha-se os autos à SGI.

Valmir Correia de Almeida

Gerente de Administração

APROVO o presente Termo de Referência.

Eduardo Fonseca de Moraes

Secretário de Gestão Interna

26. ANEXOS

Anexo I - Declaração de Vistoria ou Não Vistoria

Anexo II - Ordem de Serviço

Anexo III - Plano Básico de Manutenção Preventiva

Anexo IV - Estudo Técnico Preliminar

Anexo V - Planilha de Custos



Documento assinado eletronicamente por **Rubens Pereira De Matos, Analista Administrativo**, em 26/10/2022, às 08:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Maradei Alves, Assessor Administrativo (a)**, em 26/10/2022, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Valmir Correia De Almeida, Gerente de Administração**, em 26/10/2022, às 11:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo Fonseca de Moraes, Secretário de Gestão Interna**, em 26/10/2022, às 14:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 7º, II, da RDC/ANCINE nº 121, de 8 de agosto de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ancine.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2602666** e o código CRC **99AF5D76**.

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VISTORIA OU NÃO VISTORIA

PROCESSO Nº. 01416.006595/2022-10

Declaramos, em atendimento ao previsto no Termo de Referência, do processo supracitado, que, por intermédio do (a) Sr(a) _____, portador(a) do CPF(MF) nº _____, devidamente credenciado(a) por nossa empresa _____,

() foram vistoriados os locais que serão objeto dos serviços;

() dispensamos a vistoria aos locais que serão objeto dos serviços;

e que somos detentores de todas as informações relativas à sua elaboração.

Declaramos ainda que não alegaremos posteriormente o desconhecimento de fatos evidentes à época da vistoria para solicitar qualquer alteração do valor do contrato que viermos a celebrar, caso a nossa empresa seja a vencedora.

Endereço: _____
Telefone: _____
E-mail: _____

O responsável pela vistoria consente que seu nome e o número de seu documento de identificação fiquem constando dos autos do processo de contratação e tem ciência de que esse processo é público.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL
(REPRESENTANTE CREDENCIADO)

Visto:
NOME E ASSINATURA DO SERVIDOR DA ANCINE

ANEXO II
ORDEM DE SERVIÇO

Nº da OS:
Data de Emissão:
Solicitante:

Descrição da Solicitação:
Serviços Realizados:
Observação:

Assinatura Executante

Assinatura Fiscalização

ANEXO III
PLANO BÁSICO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Evento:	Sistema:	Periodicidade:
verificar todo o sistema de pressurização da rede de <i>sprinklers</i>	Sprinklers	Trimestral
verificar se as válvulas de controle do sistema estão em sua posição normal no sistema (aberta ou fechada), adequadamente lacradas, trancadas com cadeado ou supervisionadas, acessíveis, sem vazamentos aparentes e identificadas	Sprinklers	Trimestral
inspecionar manômetros e verificar se as pressões registradas estão normais	Sprinklers	Trimestral
verificar se o abastecimento d'água do sistema está normal e a possível existência de válvulas fechadas ou outras obstruções na tubulação de fornecimento	Sprinklers	Trimestral
testar chaves de fluxo	Sprinklers	Trimestral
verificar legibilidade e fixação das placas de identificação das colunas de alimentação	Sprinklers	Trimestral
verificar o estado de conservação e limpeza dos bicos de todos <i>sprinklers</i> distribuídos na edificação, que devem estar livres de corrosão, materiais estranhos, tinta e danos físicos, e devem estar instalados de acordo com a posição adequada e realizar substituições, se necessário;	Sprinklers	Trimestral
inspecionar tubulações, suportes e conexões quanto a danos, vazamentos, corrosão e desalinhamento.	Sprinklers	Trimestral
testar e lubrificar válvulas.	Sprinklers	Trimestral
testar dreno principal.	Sprinklers	Trimestral
Realizar verificação visual do estado geral dos componentes da central e condições de operação	Alarme	Trimestral

Verificar a supervisão do laço de detecção, alarme e comando.	Alarme	Trimestral
Reapertar todos os bornes da central de incêndio.	Alarme	Trimestral
Verificar o estado e carga das baterias.	Alarme	Trimestral
Verificar se o sistema continua em operação, quando da falta de energia elétrica na fonte primária.	Alarme	Trimestral
Verificar se o sistema continua em operação, quando da falta de energia elétrica na fonte primária.	Alarme	Trimestral
Realizar o ensaio funcional de todos os acionadores manuais e chaves de bloqueio.	Alarme	Trimestral
Verificar e reparar, se necessário, o isolamento plástico frontal dos acionadores.	Alarme	Trimestral
Verificar a indicação na central de incêndio quando realizado o acionamento manual.	Alarme	Trimestral
Realizar verificação e a substituição das baterias quando necessário.	Alarme	Trimestral
Inspeccionar esguichos, registros, chave de engate rápido e conexões;	Hidrantes	Trimestral
Lubrificar registros com uma mistura de óleo e grafite;	Hidrantes	Trimestral
Verificar o estado de conservação dos hidrantes quanto ao acesso, abertura da tampa, ferrugem, funcionamento do registro etc.;	Hidrantes	Trimestral
Verificar o funcionamento das válvulas direcionais;	Hidrantes	Trimestral
Verificação da existência de vazamento nas caixas de incêndio e nos registros dos barriletes;	Hidrantes	Trimestral
Verificar se as caixas de hidrantes estão equipadas com <i>Chave Storz</i> esguichos e mangueiras, caso contrário, comunicar a fiscalização;	Hidrantes	Trimestral
Checar a tubulação hidráulica, suporte, etc., quanto a danos mecânicos ou ferrugem	Hidrantes	Trimestral
Checar o funcionamento dos gongos hidráulicos do sistema, corrigindo se necessário;	Hidrantes	Trimestral
Checar o funcionamento das bombas de alimentação do sistema, inclusive a automação;	Hidrantes	Trimestral
Testar o sistema de pressurização da rede, com simulações;	Hidrantes	Trimestral
Realizar verificação e a substituição das baterias quando necessário.	Luz de Emergência	Trimestral
Realizar verificação de todas lâmpadas de emergência, substituindo caso necessário	Luz de Emergência	Trimestral

* Os eventos listados na tabela acima não são exaustivos e não excluem outras ações que se fizerem necessárias para a perfeita execução dos serviços.

** A manutenção corretiva ocorrerá caso haja necessidade e após anuência da Contratante, com fornecimento de peças à cargo da Administração.

*** Emissão de Relatório de Manutenção Preventiva (trimestral) e Relatório Técnico de Serviço para manutenções corretivas (se houver), contendo a relação das atividades desenvolvidas pela Contratada, como por exemplo: testes e intervenções realizadas e medições de parâmetros técnicos aplicáveis, substituições de peças e/ou componentes eletromecânicos etc.

ANEXO IV

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Estudo Técnico Preliminar - 12/2022

1. Informações Básicas

Número do processo: 01416.007103/2022-03

2. Descrição da necessidade

Trata-se contratação de empresa especializada para serviços de manutenção preventiva, corretiva do sistema de prevenção, detecção e combate a incêndios para atender as necessidades do Escritório Central da ANCINE, localizado na Avenida Graça Aranha nº 35, Centro, Rio de Janeiro – RJ.

O objetivo desta contratação é adequar o imóvel do Escritório Central da ANCINE, localizado na Av. Graça Aranha nº 35, Centro, Rio de Janeiro/RJ, às normas de prevenção e combate a incêndio, bem como atender as pendências apontadas pelo Bilhete Eletrônico do CBMERJ (SEI 2446728).

Tem por finalidade também a realização das intervenções de manutenções programadas (manutenções preventivas), obedecendo-se às rotinas estabelecidas pelos fabricantes. Outrossim, visa também uma cobertura contratual para a realização de intervenções corretivas que se fizerem necessárias, com o retorno da operação de equipamentos e sistemas em um menor prazo possível, garantindo-se que as intervenções sejam realizadas conforme as melhores práticas e a utilização dos componentes adequados.

Além disso, a contratação em tela visa ainda garantir as condições de segurança, tanto dos públicos interno e externo, como do patrimônio da instituição, propiciando as condições necessárias à continuidade das atribuições da ANCINE.

3. Área requisitante

Área Requisitante

Responsável

SGI/GAD/CIL

Wilson Maradei Alves

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Os requisitos da presente contratação compreendem:

Serviço continuado, sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva.

As quantidades e unidades de medida para a prestação dos serviços estão descritas na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência;

O contrato terá o prazo de vigência de 12 (meses), podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993;

Os critérios de qualificação a serem atendidos pelo fornecedor serão os constantes no instrumento convocatório;

A licitante vencedora deverá apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica, expedida pelo CREA;

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas no Termo de Referência e nos demais anexos do instrumento convocatório;

A empresa deverá estar regularmente cadastrada no SICAF;

A CONTRATADA deverá observar a Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE.

Os serviços prestados deverão seguir as normas técnicas sobre o assunto, além das legislações federal e distrital incluindo-se as orientações e normativos do CBMERJ.

A CONTRATADA deverá estar registrada como empresa instaladora junto ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro - CBMERJ;

Providenciar junto ao CREA as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnica referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis ns. 6.496/77 e 12.378/2010);

O pagamento será realizado em trimestralmente, após o aceite definitivo dos serviços pela CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução do contrato, técnicos profissionais capacitados e com experiência na prestação dos serviços que se pretende contratar, sendo responsável pela reciclagem e atualização dos mesmos, quando for o caso.

A CONTRATADA deverá garantir que todos os equipamentos, materiais consumíveis, ferramental e softwares necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações estabelecidas, garantindo os padrões mínimos de qualidade esperados na execução do serviço, devendo manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pela CONTRATANTE, quando for o caso.

A CONTRATADA deverá garantir que seus funcionários se adequem às regras de segurança, de circulação e de identificação da CONTRATANTE, bem como à legislação pertinente, a exemplo das normas de Segurança no Trabalho.

A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da totalidade das instalações da CONTRATANTE durante a execução desses serviços, devendo, portanto, sempre que possível, realizar teste de funcionalidade do Sistema de Prevenção a Incêndios e sistemas acessórios, fora do expediente de trabalho da ANCINE.

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução dos serviços contratados”, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato.

Incluem-se no objeto contratado todos os custos com a mão de obra capacitada, considerados do item 1.1 da Tabela 1 do Termo de Referência, bem como o fornecimento de todos os insumos necessários à plena execução dos serviços contratados.

Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

5. Levantamento de Mercado

Em atendimento as disposições da IN SEGES/ME nº 65/2021, foi utilizado como parâmetro para a pesquisa de preços:

- Contratações similares por outras instituições públicas através de consulta ao Painel de Preços, disponível no endereço eletrônico <http://paineldeprecos.planejamento.gov.br>;
- Levantamento de mercado, por meio de consultas a empresas do ramo, e identificou-se que essa é a melhor solução disponível para atendimento às necessidades da ANCINE.

6. Descrição da solução como um todo

A Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva, Corretiva e Suporte técnico do sistema de prevenção, detecção e combate a incêndio do Escritório Central da Agência, **sem** fornecimento de peças, pelo período de 12 meses, abrangerá todas as atividades de: testes, diagnósticos, ajustes, verificações, substituições e ou correções que se fizerem necessárias afim de garantir a total funcionalidade e operacionalidade do sistema.

A contratação será em regime de empreitada tipo menor preço, devendo ser realizada através da licitação, em lote único, na modalidade de pregão eletrônico.

Os serviços deverão seguir as normas técnicas sobre o assunto, além das legislações federal e distrital incluindo-se as orientações e normativos do CBMERJ.

Os serviços serão realizados no Escritório Central da ANCINE: Av. Graça Aranha, 35 - Centro, Rio de Janeiro.

A prestação dos serviços compreende manutenções preventiva e corretiva.

A manutenção preventiva é periódica devendo o processo se repetir trimestralmente.

A execução dos serviços deverá observar o Plano Básico de Manutenção Preventiva.

Os serviços listados no Plano Básico de Manutenção Preventiva não são exaustivos.

A manutenção preventiva consistirá em verificar os dispositivos e o funcionamento do Sistema, trimestralmente, efetuando-se verificações, testes de desempenho, comunicação e diagnósticos em todos os itens.

A manutenção corretiva ocorrerá por demanda da CONTRATANTE.

O pedido de correção do defeito será feito pela fiscalização do Contrato, através da abertura de O.S. (Ordem de Serviço, Anexo II) por e-mail.

Todos os equipamentos, materiais e softwares necessários à prestação dos serviços deverão atender plenamente ou superar as especificações estabelecidas, garantindo os padrões mínimos de qualidade esperados na execução do serviço, devendo manter em perfeito estado de conservação todos os equipamentos e materiais, inclusive aqueles fornecidos pela CONTRATANTE, quando for o caso.

A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento da totalidade das instalações da Autarquia durante a execução desses serviços, devendo, portanto, realizar testes de funcionalidade do Sistema de Prevenção a Incêndios e sistemas acessórios, fora do expediente de trabalho da ANCINE.

A CONTRATADA deverá priorizar, na prestação do serviço, soluções para o uso eficiente de energia, materiais de menor impacto ambiental e facilidade de reciclagem.

A CONTRATADA deverá manter em seus quadros, durante todo o período de execução dos serviços contratados, pelo menos um representante formalmente designado, que se responsabilizará pela administração e coordenação de seus empregados alocados ao contrato.”

Servidores designados irão fazer a gestão e fiscalização constante do contrato, de modo a verificar o cumprimento das cláusulas do Edital, Contrato e Termo de Referência.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

	Item	Descrição/Especificação	Quantidade	Unidade de Medida	Valor	Valor Anual
ITEM ÚNICO	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Manutenção Preventiva, Corretiva e Suporte Técnico em Sistema de Prevenção, Detecção e Combate a Incêndios da Agência.	1	Prestação de serviço Trimestral	R\$	R\$

Para a composição do custo total estimado faz-se necessário considerar a área total construída do escritório central: 4.334 m², assim como a totalidade do sistema que compõe o sistema de prevenção, detecção e combate a Incêndio (520 dispositivos). Sendo eles:

02 unidades de Motobombas 30 CV;

02 unidades de Motobombas 05 CV;

393 Unidades de Sprinklers (68°C);

16 Acionadores Manuais(botoeiras) tipo quebra-vidro ASCAEL ACDE 24/16;

16 Sirenes Audiovisuais ASCAEL ACDE 24/16 01;

01 Central de alarme ASCAEL ACDE 24/16;

15 Hidrantes de Combate a Incêndio;

76 Luminárias de Emergência - Segurimax LED 1200 Lumens de 2 Faróis;

A Manutenção preventiva consistirá em verificar os dispositivos e funcionamento do sistema, trimestralmente, efetuando-se testes de desempenho, comunicação e diagnósticos em todos os equipamentos. A listagem mínima de atividades a serem realizadas está definida no anexo III do Termo de Referência.

A manutenção corretiva ocorrerá por demanda da CONTRATANTE, com fornecimento de peças à cargo da CONTRATANTE.

8. Estimativa do Valor da Contratação

O valor máximo aceitável para a contratação será de R\$ 26.277,47 (Vinte e Seis Mil Duzentos e Setenta e Sete Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Assim, o valor da contratação será aquele que for identificado como o mais vantajoso para a ANCINE, cf. art 3º da Lei nº 8.666 /93.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

O parcelamento da solução mostra-se inviável tanto técnica, como economicamente, visto ser mais vantajoso para a Administração contratar uma única empresa que ofereça os serviços conjuntamente, pois o custo total da contratação pode ser menor em razão da economia de escala.

Além disso, os itens apresentam características semelhantes, o que propicia o agrupamento em um único ajuste.

Esse modelo não só reduz consideravelmente os riscos de execução, como também permite propostas mais consistentes e econômicas por parte dos licitantes, reduzindo os custos a serem apresentados. Além disso, a contratação conjunta não ensejará restrição à competitividade, pois os requisitos de capacitação técnica e operacional se manterão os mesmos que seriam utilizados caso a contratação fosse feita separadamente..

Dessa forma, uma única contratação confere à administração a garantia do pleno funcionamento do contrato como um todo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não consideramos a existência de uma contratação correlata, pois nunca foi contratado um serviço de manutenção dos sistemas de detecção, prevenção e combate a incêndio para o Escritório Central da ANCINE.

Não existem contratações interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A presente contratação está prevista no Plano de Contratação Anual - PCA, registrado no item 162

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

O objetivo da presente contratação é adequar o Escritório Central da ANCINE às normas de prevenção e combate a incêndio vigentes. Desta forma, a contratação em tela visa à segurança de público interno da agência e usuários externos, assim como zelo dos equipamentos e das instalações da unidade.

Além disso, a contratação do objeto em comento visa sanar pendência indicada no Bilhete Eletrônico CBMERJ.

13. Providências a serem Adotadas

Não será necessário adequação do ambiente ou outra modificação espacial da Agência para a execução do objeto em tela.

A Contratada deverá durante a prestação do serviço causar a menor interferência possível na rotina laboral da Agência. Toda e qualquer atividade que represente possível interferência na rotina laboral, deverá ser previamente analisada e autorizada pela Contratante.

14. Possíveis Impactos Ambientais

“Em atendimento à Sustentabilidade Ambiental, a Contratada deverá:

- observar os critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável consoante o Decreto nº 7.746/2012, que regulamentou o artigo 3º, caput, da Lei nº 8.666/93; as diretrizes, critérios e procedimento para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos; Resolução nº 307/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010;
- priorizar, na prestação do serviço, soluções para o uso eficiente de energia, materiais de menor impacto ambiental e obtidos segundo critérios de sustentabilidade, adotando aqueles que oferecem boa durabilidade, menor impacto ao meio ambiente e facilidade de reciclagem e que sejam também provenientes de empresas que apresentem programa de gerenciamento ambiental, qualificado segundo as normas ambientais;
- orientar regularmente os profissionais acerca da adequada metodologia de otimização dos serviços, dando ênfase à economia no emprego de material e a racionalização de energia elétrica no uso dos equipamentos.

O disposto nos itens acima não impedirá a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental que venham a ser regulamentadas ou exigidas por norma posterior.”

15. Declaração de Viabilidade

Diante do exposto acima e em razão da contratação estar prevista no Plano de Contratação Anual, este estudo conclui pela viabilidade da contratação e por estar de acordo com os termos da IN 40/2020 e IN 05/2017.

16. Responsável

Wilson Maradei Alves

Assessor Administrativo

ANEXO V

PLANILHA DE CUSTOS

GRUPO ÚNICO	Item	Descrição/Especificação	Quantidade	Unidade de Medida	Valor Trimestral	Valor Anual
	1	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço continuado de Manutenção Preventiva, Corretiva e Suporte Técnico em Sistema de Prevenção,	1	Prestação de serviço Trimestral	R\$	R\$

		Detecção e Combate a Incêndios da Agência.				
--	--	---	--	--	--	--